

Miriam Santini de Abreu



Em assembléia realizada no dia 16 de maio na Justiça Federal, servidores indicaram próximos passos na luta pela carreira e elegeram delegados para a Plenária da Fenajufe, em junho

————— Páginas 4 e 5

Plano de Carreira: mais do que salário, atitude frente aos problemas laborais

Cássio Turra



Movimento pela Defensoria Pública faz Abaixo-Assinado para criar lei

Santa Catarina é o único estado que ainda não tem estrutura prevista na Constituição. Segundo integrantes do Movimento, o que falta é vontade política. Na foto, Audiência Pública na Assembléia Legislativa

————— Página 8

JURÍDICO

Ações buscam garantia de aposentadoria especial

A primeira é um mandado geral, abordando as atividades prejudiciais à saúde e integridade física. A segunda é específica para os Oficiais de Justiça

————— Página 6

Fundos públicos à disposição do mercado

Movimento Unificado Contra a Privatização está conclamando os lutadores sociais a impedir a aprovação, na Câmara, do projeto que cria a fundação estatal de direito privado

————— Página 6



O jornal **O GRITO** é o informativo do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal de Santa Catarina

Rua dos Ilhéus, 118, sobreloja, sala 3, edifício Jorge Daux - Centro - CEP 88010-560 - Florianópolis (SC)

Fone/Fax: (48) 3222-4668

Site: www.sintrajusc.org.br

E-mail: imprensa@sintrajusc.org.br

Coordenadores Gerais

Adriana Maria Ramos
Luiz Severino Duarte
Paulo Roberto Koinski

Coordenadores Executivos

Coord. de Finanças e Patrimônio:
Manoel Prazeres
Pedro Antonio de Oliveira
Coord. de Cultura, Promoção Social e Esporte:
Silvana Liczbinski
Coord. de Comunicação e Imprensa:
Denise Moreira Schwantes Zavarize
Coord. Jurídicos:
Liliane Toldo Cunha Oldra
Neila Avila de Souza
Coord. de Formação Sindical:
Luiz Roberto Silveira
Coord. para Assuntos de Aposentadoria e Pensão:
Adenir Lourdes Canonica Barbon

Coordenadores Regionais

Região Norte
Gerson Henrique Franco de Macedo
Região Planalto
Robak Jose Barros
Região Oeste
Geraldo Tirelli
Região Sul
Luciana de Souza Cechinel Bez Batti
Região do Vale
Edmilson Silva da Rosa

Textos, Diagramação e Edição:

Miriam Santini de Abreu (MTb 8077/RS)

Projeto Gráfico: Letra Editorial

Logomarca do Sintrajusc: Paulo Laitano

Impressão: Agnus - Tiragem: 3.000
- Os artigos assinados são de responsabilidade dos autores.

Colabore com nosso jornal

Escreva para:

imprensa@sintrajusc.org.br (Os artigos enviados não poderão exceder 2.500 caracteres e serão publicados na página 3). Receberemos os artigos até o dia 20 de cada mês.



EDITORIAL

É hora de resgatar a nossa história de luta

A XV Plenária Nacional da Fenajufe, nos dias 5, 6 e 7 de junho em Manaus, dará o rumo da luta no ano em que se discute o Plano de Carreira dos servidores do Judiciário Federal.

Os delegados do SINTRAJUSC irão referendar as propostas para o Plano de Carreira aprovadas no Congresso Extraordinário realizado em outubro de 2008. Além disso, irão indicar que se defina prazo - o mês de julho - para conclusão dos trabalhos da Comissão Interdisciplinar do STF que discute a revisão do PCS3 e o Plano de Carreira.

A preocupação é que, no contexto da crise iniciada em 2008, apareça a conversinha sobre falta de recursos, risco que pode ser ainda maior à medida que o final do ano se aproxima. Então não dá mais para esperar. Na Assembléia realizada no dia 16 de maio, os servidores aprovaram inclusive indicativo de Dia Nacional de Luta em julho, precedido, em Santa Catarina, de

forte mobilização na capital e no interior do Estado. O momento é de voltar aos locais de trabalho e resgatar a história de lutas dos trabalhadores do Judiciário Federal.

Ainda em maio o SINTRAJUSC também dará mais um passo na luta por melhor assistência à saúde dos servidores. Já está marcada para o dia 29 reunião com a Administração do TRT, da qual também irão participar servidores do interior do Estado e o assessor econômico do SINTRAJUSC. A atual gestão já realizou um Seminário Estadual sobre o assunto, que preocupa um grande número de servidores da Justiça do Trabalho e que agora terá mais uma mobilização política do Sindicato, com foi o caso da reunião com o Ministro Corregedor do TST.

Outra frente de luta é pela criação de cargos de provimento efetivo no Judiciário. A Diretoria está acompanhando a tramitação do projeto enviado pela Administração do TRT ao CSJT e irá fazer pressão, em nível local e em

Brasília, para que a demanda chegue o mais rápido possível ao Congresso Nacional.

Os três temas - Plano de Carreira, melhor assistência à saúde e criação de cargos de provimento efetivo - são fundamentais para a discussão sobre o papel do serviço público e da prestação jurisdicional de qualidade. E tal discussão se faz cada vez mais urgente em um período histórico em que a crise não é apenas financeira, e sim estrutural, e cujos efeitos atingem fortemente os trabalhadores. Como disse o professor da UFSC Waldir José Rampinelli em Seminário Estadual organizado pelo Sindicato, um dos principais papéis do movimento sindical neste momento é fazer a batalha das idéias para esclarecer e mobilizar a população sobre a importância do serviço público com enfoque e atuação social para assegurar direitos. Caso contrário, os servidores também irão pagar - e caro - a conta da crise.

NOTAS

A atual diretoria do SINTRAJUSC promoveu o cancelamento de vários contratos com mídias comerciais (jornais e revistas). O objetivo é estimular mídias públicas e comunitárias, como o jornal *Brasil de Fato* e a TV Floripa, que contam com a apoio do Sindicato.

O SINTRAJUSC cancelou o contrato de telefonia fixa com a Brasil Telecom, que oferecia um plano de fidelidade por R\$ 0,46 dentro do pacote, R\$ 0,51 nas chamadas excedentes em DDD e R\$ 0,12 o minuto na chamada local. O Sindicato aderiu à portabilidade, contratando a Embratel para telefonia com a tarifa de R\$ 0,29 para DDD e R\$ 0,08 o minuto local. Também cancelamos o contrato com a GVT, que oferecia internet com IP fixo de 512 KB por R\$ 536,90, e firmamos contrato com a Embratel, ampliando a velocidade da inter-

net para 2 Mpps no valor de R\$ 99,00 e R\$ 53,10 pela hospedagem do site.

Buscando a melhoria no atendimento aos filiados e a saúde laboral dos funcionários, o Sindicato adquiriu novos computadores com monitores de LCD para a Sede Administrativa.

A Diretoria do SINTRAJUSC comunica que o Coordenador Geral (liberado) Luiz Severino Duarte estará de férias no período de 22 de maio a 10 de junho (período restante).

A página www.sintrajusc.org.br, além de notícias, blog e rádio, agora tem vídeos com entrevistas hospedados no You Tube. Faça uma visita!

O Sindicato está providenciando a mudança de acesso para o link **Sua Conta** na página da in-

ternet. O acesso restrito, que era pela matrícula do filiado, passará a ser pelo CPF, sendo mantida a mesma senha. Confira em breve mais novidades.

AGENDA

Maio

Dia 26 - às 19 horas, Emir Sader estará no Auditório Antonietta de Barros da Assembleia Legislativa realizando a palestra "Os caminhos da esquerda latino-americana", seguida de lançamento do seu novo livro, "A nova toupeira". Emir Sader é sociólogo, mestre em filosofia política e doutor em Ciência Política. Atualmente dirige o Laboratório de Políticas Públicas (LPP) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, onde é professor de sociologia.

Confira as ações aprovadas em Assembléia no dia 16

Miriam Santini de Abreu



Assessor Jurídico Luciano da Cunha apresentou as ações em Assembléia na JF

1. IR sobre juros da URV

Nos pagamentos judiciais e administrativos das diferenças de URV tem havido incidência de imposto de renda, inclusive sobre a parte referente aos juros moratórios. Todavia, pela sua natureza indenizatória, não deve haver incidência de imposto de renda sobre os juros moratórios da URV. Há recentes precedentes administrativos e judiciais do STF afastando a incidência de IR sobre juros da URV. É cabível a repetição dos valores descontados a título de IRPF sobre juros de URV nos últimos 5 anos.

2. Cômputo da VPI nas férias e gratificação natalina

A Vantagem Pecuniária Individual da Lei 10.698/03, no valor de R\$ 59,87, passou a compor a remuneração dos servidores. Apesar disso, não tem sido considerada para o cálculo do adicional de férias e da gratificação natalina. A VPI integra a remuneração do servidor, devendo, portanto, ser considerada quando do pagamento das demais verbas que tenham por base de cálculo a referida remuneração, caso do adicional de férias e da gratificação natalina.

3. Contribuição Previdenciária sobre Horas Extras e Terço de Férias

Valores relativos a horas extras e ao adicional de um terço de férias não podem servir de base de cálculo para a contribuição previdenciária do servidor, conforme precedentes ju-

diciais. Poderá haver a devolução dos valores descontados indevidamente a título de contribuição previdenciária nos últimos cinco anos. Será ressalvada a situação individual dos atingidos pela Emenda Constitucional nº 41, de 2003, que terão seus proventos de aposentadoria calculados segundo a média das 80% maiores contribuições aos regimes aos quais estiveram vinculados, desde julho de 1994 ou desde a data do início do período de contribuição, se posterior àquela. Para estes, não haveria vantagem em retirar tais parcelas da base de cálculo.

4. Adicional de Tempo de Serviço. Resíduo. Contagem como Anuênios

O Adicional de Tempo de Serviço era pago originalmente como anuênio. A questão tornou-se controversa a partir da transformação em quinquênios pela Lei 9.527 (MP 1480-19 de julho/96) até sua extinção pelas MPs 1.815 (março/99) e 2225-45/2001. Na data da extinção, porém, os servidores não tinham completado o quinquênio corrente. A questão passou a ser então se havia direito ao pagamento proporcional entre 04/07/96 e 08/03/99. Deve haver a contagem residual desse período, não como quinquênios, mas como anuênios, à razão de 1% (um por cento) sobre o vencimento básico do cargo efetivo. A prescrição, neste caso, atinge apenas as parcelas vencidas nos últimos cinco anos.

5. Extensão da GAS para aposentados e pensionistas

O PCS de 2006 (Lei nº 11.416) criou a GAS - Gratificação de Atividade de Segurança para os Analistas e Técnicos Judiciários da área administrativa com atribuições relacionadas às funções de segurança. Embora equivalente à GAE dos Oficiais de Justiça, a Portaria Conjunta 01/07 dispôs que a GAS não se incorpora à aposentadoria nem se estende aos aposentados. Como se trata de uma vantagem de caráter geral e segundo as disposições do próprio PCS de 2006, susten-

ta-se que deve ser paga também aos aposentados e pensionistas.

6. Justiça Eleitoral. Chefes de Cartório. Isonomia entre interior e capital

Com o advento da Lei 10.842/04, foram criados e transformados cargos e funções nos Quadros de Pessoal dos TREs. O artigo 1º, ao estabelecer o valor das FCs dos Chefes de Cartório, estabeleceu valores diferentes para os Cartórios das Capitais e do interior. A distinção tem gerado prejuízo econômico a estes últimos, vulnerando o princípio isonômico.

7. Inativos pela EC 41/03. Extensão do PCS 2006

Os servidores inativos e pensionistas que se aposentaram após a EC nº 41/03 tiveram reajustados os valores dos proventos e pensões apenas pelos índices de revisão geral. Não foram beneficiados pelo PCS de 2006 (Lei 11.416). Busca-se estender as novas tabelas salariais aos aposentados e pensionistas, pois o próprio PCS 2006 declara que suas disposições são aplicáveis, satisfazendo a exigência constitucional.

8. Mandado de Injunção. Aposentadoria Especial

O artigo 40, §4º, da CF, prevê aposentadoria especial para os servidores públicos que trabalhem em situação de insalubridade e periculosidade. A regra, porém, não foi regulamentada por lei. Para que o direito possa ser exercido, é cabível a apresentação de mandado de injunção perante o STF. Através dele, o Supremo poderá autorizar que os servidores utilizem as regras do artigo 57 da Lei 8.213/91, que regulamenta a aposentadoria especial de celetistas, até que venha a regulamentação específica do serviço público.

9. Inativos. Licença-prêmio não gozada. Conversão em pecúnia

Com a extinção do direito à licença-prêmio (artigo 87 da Lei

8.112/90, na sua redação original) pela Lei 9.527/97, a Administração vem negando o direito de convertê-la em pecúnia, quando não gozada antes da aposentadoria. A licença-prêmio não gozada deve ser convertida em pecúnia para que não haja enriquecimento ilícito da administração. O Poder Judiciário vem reconhecendo esse direito, adotando como marco inicial da contagem do prazo prescricional a aposentadoria do servidor.

10. Reestruturação de quintos. CJ 01 a 04. Substituição Processual

O pedido é de correção dos quintos incorporados (VPNI) referentes ao exercício da CJ-1 a CJ-4 conforme o aumento promovido pela Lei nº 11.416/2006. Essa vantagem vem sendo reajustada apenas pelo índice de revisão geral anual. Tomando como exemplo o CJ-4, pularia de R\$ 7.791,17 (PCS de 2002, com 1% de revisão geral) para R\$ 11.686,76 (valores do PCS de 2006). A ação já havia sido disponibilizada para ajuizamento individual dos interessados e agora deverá ser objeto de ajuizamento coletivo, mediante substituição processual pelo sindicato.

11. Reestruturação de quintos. FC 01 a 06. Substituição Processual

O pedido é de correção dos quintos incorporados (VPNI) referentes ao exercício da FC-1 a FC-6 conforme o aumento promovido pela Lei nº 11.416/2006. Essa vantagem vem sendo reajustada apenas pelo índice de revisão geral anual, assim como os quintos de CJ-1 a CJ-4 e a fundamentação legal é semelhante. Neste caso também já havia sido disponibilizada ação para ajuizamento individual dos interessados e agora deverá haver ajuizamento coletivo, mediante substituição processual pelo sindicato.

Leia sobre sobre as ações na página 6

Sindicato acompanha projeto de criação dos cargos

O SINTRAJUSC está acompanhando o andamento do processo CSJT 207440/2009-000-00-00.7, que aprecia o requerimento para aprovação do Anteprojeto de Lei que prevê a criação de dois cargos de Juízes do 2º Grau e quatro cargos de Juízes de 1º Grau, Vara do Trabalho em Navegantes, 2ª Vara do Trabalho em São Bento do Sul, Central de Mandados e Distribuição dos Feitos, além de 31 cargos e funções comissionadas e 57 cargos de provimento efetivo em trâmite na Coordenadoria de Estatística para emissão de parecer após a avaliação de dados (21.05.2009).

Neusa Maria de Castro, Assessora-Chefe da Assessoria de Acompanhamento Processual e de Apoio às Sessões (ASPAS/CSJT), informou que a tramitação do processo é a seguinte: Assessoria de Gestão de Pessoas para estudo de adequação; Assessoria de Planejamento e Orçamento; Relator; Órgão Especial; Remessa ao CNJ, que irá confirmar ou alterar o Projeto de Lei; TST; Câmara dos Deputados; Senado Federal; sanção pelo Presidente da República.

Em 22 de maio o Sindicato requereu à Presidência do TRT informações sobre o anteprojeto de Lei para a criação dos 193 cargos de provimento efetivo e seu protocolo no CSJT.

A dívida dos quintos

Em reunião que a Coordenação do SINTRAJUSC fez com o Corregedor Geral da Justiça do Trabalho, ministro Carlos Alberto Reis de Paula, no dia 14 de maio, um dos assuntos tratados foi o pagamento dos quintos. O Sindicato foi informado de que o reconhecimento dos quintos por parte do TCU está sendo questionado perante o STF. A isso se somaria a falta de dotação orçamentária para essa finalidade na Justiça do Trabalho. O fato é que essa luta continuará, porque muitos Tribunais já pagaram a dívida. Veja entrevista com o assessor da Corregedoria, Cláudio Rocha, na *Rádio Sintrajusc*, disponível na coluna da direita da página do Sindicato.

Plano de Carreira vai além é valorização do serviço p

Paulo Roberto Koinski
Coordenador Geral do Sintrajusc

Neste momento de construção do nosso Plano de Carreira, nosparamos com alguns menos comprometidos com o real objetivo da elaboração desta proposta, e alguns trabalhadores ávidos pela questão salarial pressionando no sentido de termos mais um PCS, ou seja, mais um tabelão salarial, ignorando todos os problemas de carreira que hoje vivenciamos.

Aquele trabalho bonito que fizemos e que teve por base a cumplicidade de idéias com a categoria, iniciado com a coleta das idéias dos trabalhadores, a sistematização destas idéias e sua defesa junto aos demais sindicatos filiados à FENAJUFE, corre o risco de ser detonado por interesses mais imediatos e politiqueros.

Precisamos unir forças neste momento inicial de nossa luta pelo tão sonhado Plano de Carreira. O diálogo sobre a carreira é muito mais complexo que apenas discutir a questão salarial. É, por exemplo, debater todo o sistema de Funções Comissionadas e CJs, pois 73% dos trabalhadores do Judiciário Federal são ocupantes destas fontes de assédio moral e disputas internas nada saudáveis. Além disso, ao completar tempo de trabalho para a aposentadoria, o trabalhador faz as contas e chega à conclusão de que, por causa dos altos valores das FCs e CJs e pelo fato de não serem incorporáveis, é melhor continuar trabalhando até quando suas energias agüentarem.

Este é apenas um dos pontos que diferencia um PCS de um Plano de Carreira. A conjuntura desta vez é pior do que a enfrentada na conquista dos três PCSs. Desta vez estamos em um cenário de crise mundial, que atinge também o orçamento da União, de onde virá o financiamento de nosso Plano de Carreira.

É preciso somar

Não bastasse isso, desde 2006, data de nossa última conquista sala-



Fotos: Miriam Santini

rial, um novo cenário vem se desenhando, mais individualista, em que algumas entidades corporativas e até parasitárias vem tentando minar a FENAJUFE e alguns sindicatos filiados. Estas entidades têm um discurso corporativo e até fascista, se colocando acima da política e acima do bem e do mal, apresentando-se como entidades despartidarizadas, embora tenham objetivos partidários e até militantes partidários em suas composições, e não raro contam com o apoio dos tribunais nas eleições sindicais.

É bom estarmos atentos para a nocividade destas entidades meramente "umbiguistas". Elas dificultam nossas lutas maiores, pois dividem a categoria em Oficiais de Justiça, Agentes de Segurança, Analistas Judiciários e Técnicos Judiciários etc...

Por enquanto a Anajustra e a Anajus apresentaram proposta paralela de Plano de Carreira. Em 2006 a única entidade "umbiguista" então organizada, a Fenassojaf, extemporaneamente apresentou 27 emendas corporativas comprometendo a tramitação do PCS3 e quase inviabilizou sua aprovação. Agora temos a recém-criada Anajus (Associação Nacional dos Analistas Judiciários), que pediu diretamente ao Presidente do STF a desconstituição da Co-

missão Interdisciplinar que discute o Plano de Carreira alegando que esta teria apenas três Analistas Judiciários em sua composição.

Em documento enviado diretamente ao Ministro Gilmar Mendes, eles também solicitam que as Funções de Direção sejam exercidas exclusivamente por Analistas. Alegam usurpação das atribuições dos Analistas e chegam ao ponto de criticar o PL319 por prever um adicional de 5% para Técnicos Judiciários que tenham graduação. Neste cenário de disputas, a entidade que divulgar a tabela mais "generosa", com mais vantagens corporativas, será mais aceita e terá mais sucesso eleitoral.

É importante ressaltar ainda que, quando se fala em tabela salarial de PCS ou Plano de Carreira, temos limites constitucionais. De acordo com a Emenda Constitucional nº19, o limite do gasto com folha de pagamento da União é de 50% da receita líquida, distribuídos entre os três poderes da seguinte forma:

2,9%	Legislativo
6,0%	Judiciário
40,9%	Executivo
0,2%	TCU

Não há possibilidade de readequação de valores (%) entre os poderes.

n de salário; úblico

de Abreu



Assembléia no dia 16 elegeu delegados para a Plenária da Fenajufe, que discutirá o Plano de Carreira, e indicou Dia Nacional de Luta para julho

para o Adicional de Qualificação de uma segunda especialização.

Teremos que apresentar fortes argumentos, pois o veto ao adicional de 5% para Técnicos no PCS3 foi baseado em temor pela repercussão financeira deste dispositivo, e nosso Plano de Carreira, por prever a progressão horizontal, tem vários pontos de repercussão financeira variáveis, portanto de projeção orçamentária mais complexa.

A Comissão trabalha com percentual de correção da tabela de vencimentos em torno de 86,38%, o que permitiria que a maior parte dos servidores alcançasse o teto, que hoje é de R\$ 19.450,00, se cumprirem a progressão horizontal. Portanto, é preciso união e bom senso na luta por um verdadeiro Plano de Carreira, que enfrente cada ponto com a cumplicidade da categoria, que gestou as idéias e por certo saberá pressionar para tê-las aprovadas no momento certo.

Plenária da Fenajufe

5/6/2009 - (sexta-feira)

Abertura
Regimento Interno
Conjuntura
Intervalo para lanche
Apresentação das teses
Encerramento

6/6/2009 (sábado)

Plano de Carreira
Intervalo para almoço
Prestação de Contas
Cnesf
Plano de Lutas
Intervalo para lanche
Plano de lutas
Atividade cultural

7/6/2009 (Domingo)

Plenária Final
Intervalo para almoço
Plenária Final
Encerramento

Hoje o Judiciário investe 4,5% com pessoal. O limite prudencial do gasto com pagamento de pessoal é de 5,4%. Se o Poder Judiciário atingir o limite disposto no artigo 69 da CF/88, deve tomar medidas drásticas: 1º - cortar 20% dos cargos comissionados; 2º - demitir 20% dos servidores não-estáveis; 3º - demitir 20% dos servidores estáveis.

Várias cláusulas com repercussão financeira já são consenso na Comissão Interdisciplinar:

1-Aumento dos percentuais do Adicional de Qualificação, conforme a proposta defendida pelos servidores (15% para especialização, 20% para mestrado e 30% para doutorado), além da criação do Adicional de Qualificação de 10% para graduação;

2-Alteração da base de incidência do Adicional de Qualificação, cujos percentuais passarão a incidir sobre o maior vencimento da carreira;

3-Aplicação do percentual da GAE e da GAS sobre o último padrão de vencimento;

4-Definição dos percentuais para o Adicional de Qualificação de uma segunda graduação;

5-Definição dos percentuais

Fazer a batalha das idéias é papel dos Sindicatos



Rampinelli (no centro): "Os Sindicatos não podem ver a crise de braços cruzados"

Em um mundo mergulhado na crise, um dos principais papéis do movimento sindical é fazer a batalha das idéias para esclarecer e mobilizar a população. Esta foi uma das afirmações do professor Waldir José Rampinelli, do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), que falou sobre o contexto econômico e os reflexos para os Servidores Públicos Federais em Seminário promovido pelo SINTRAJUSC no dia 16 de maio.

Ele fez uma análise histórica das crises do capitalismo, deixando claro que a mais recente, que eclodiu em 2008, não é apenas financeira, como querem fazer crer análises mais rasas: "Os Sindicatos não podem ficar vendo a crise de braços cruzados. A crise não é apenas financeira; se fosse, bastaria injetar dinheiro, e já se injetou muito. É uma crise política, econômica, cultural, ecológica, alimentar, energética, então é crise da estrutura".

Nesse contexto, disse o professor, os trabalhadores estão desorganizados. Há um e outro ato de protesto, mas faltam propostas efetivas de superação da situação atual. Para isso, então, as lutas precisam ser coordenadas, principalmente porque, nas crises, a tendência é sempre transferir o custo para os pobres. O Estado transfere o custo para o servidor, o patrão para o trabalhador. "Então, quem acredita que pode haver outro sistema tem que fazer a luta contra o capitalismo", conclamou Rampinelli.

Ele destacou que 80% da América Latina está fora do mercado capitalista, com populações sobrevivendo com menos de um dólar por dia. Em muitos países, como na Argentina, o governo está revertendo as privatizações, que transformaram bens e serviços públicos em mercadorias cada vez mais caras. Na farra neoliberal o Estado era execrado e se ouvia coisas do tipo "Quem vai mal que feche as portas" ou "Quem não tem competência que não se estabeleça". Agora que grandes capitalistas fracassaram, é no Estado que vão pedir socorro. "A Venezuela e a Bolívia nacionalizaram e todo o mundo falou mal; agora Estados Unidos, Inglaterra, França nacionalizam e ninguém fala nada", ironizou o palestrante.

A fragilidade da democracia representativa também foi um dos temas abordados por Rampinelli. Ele disse que é preciso trilhar o caminho da democracia participativa e ampliar o uso de instrumentos como os referendos e a consulta popular. Citou o exemplo da Venezuela, onde há o referendo revocatório, figura jurídica que permite revogar o mandato do presidente da República.

Para o palestrante, a lutas também devem ser pela reforma tributária, para que se penalizem os ricos, pela reforma agrária, pelo fortalecimento da integração regional: "Ou construímos saídas para melhorar o mundo ou os donos do mundo, os banqueiros, o complexo militar-industrial, os grandes empresários, vão sair por cima da crise e mais uma vez jogar a conta para os trabalhadores".

Projeto com 163 palavras acelera privatização de serviços públicos

A pressão do movimento sindical conseguiu adiar por 60 dias a votação do PLP-92/2007, que quer instituir a fundação estatal de direito privado e está na Câmara dos Deputados. Este tipo de fundação é uma nova forma de privatização, e o PLP-92/2007 nomeia os Hospitais Universitários como os primeiros alvos. Se o projeto - que tem apenas 163 palavras - for aprovado, os HUs, que são hospitais-escola, poderão ser administrados por empresas privadas, com cobrança de serviços, e não mais pelo SUS.

Além dos HUs, o projeto quer permitir que as tais fundações sejam instituídas nas áreas de saúde, educação, assistência social, cultura, desporto, ciência e tecnologia, meio ambiente, previdência complementar do servidor público, comunicação social e turismo nacional.

No Congresso do Sindicato dos Trabalhadores da Universidade Federal de Catarina, realizado em abril, a professora e pesquisadora da UFRJ Sara Granemann afirmou que a fundação estatal de direito privado integra a nova onda de privatização do bem público. Como nas etapas anteriores, "as privatizações são elementos para o capital conseguir novos espaços para se expandir". A intenção é transformar serviços públicos em mercadorias para quem pode pagar, fazendo do Estado, ironizou Granemann, um campo fértilíssimo de bons negócios. Já para os trabalhadores, isso significa mudanças nas relações de trabalho e redução de direitos.

A primeira onda de privatizações foi a partir de 1992, atingindo o parque produtivo que fornecia matéria-prima a baixo custo. Foi o caso da Companhia Siderúrgica Nacional e da Vale do Rio Doce. A segunda leva se deu a partir de 1998, com a privatização da infraestrutura. O mercado abocanhou redes de telecomunicação, de abastecimento de água, estradas e instituições financeiras. Agora é a vez do fundo público, o conjunto de recursos arrecadados pelo Estado através dos impostos.

Só que, para botar as mãos nesse dinheiro, que não é empresa nem infra-estrutura, o mercado precisa de novas formas de privatização. Então, para drenar recursos para negócios privados, apareceram a Parceria Público-Privada (PPP), a Organização Social (OS), a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) e a fundação estatal de direito privado. Elas significam, para os trabalhadores, desmonte do corpo técnico do serviço público, com alteração dos contratos de trabalho. Contratados por OSCIPs, por exemplo, são celetistas, e não estatutários. O mesmo valerá para as fundações estatais.

Segundo Granemann, o PLP-92/2007 baseia-se no Plano Diretor de Reforma do Estado (PDRE), criado pelo ex-ministro Bresser Pereira durante o primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso, que teve efeitos bem conhecidos no Judiciário. O discurso é parecido com o que a FGV usa quando entra nos Tribunais. Basta ler o documento "Fundação Estatal - Metas, gestão profissional e direitos preservado", divulgado pelos Ministérios da Saúde e do Planejamento, Orçamento e Gestão em agosto de 2007. Ele diz o seguinte: "... o Projeto Fundação Estatal surgiu da eminente necessidade de dotar o Governo de agilidade e eficácia no atendimento das demandas sociais do País. A essência da Fundação Estatal é aperfeiçoar a gestão dos serviços públicos e melhorar o atendimento do Estado em áreas prioritariamente sociais".

As PPPs ficaram com a parte mais farta do butim, os contratos com uso do fundo público usados nas grandes obras do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), que Granemann chama de Plano de Acumulação Capitalista. O valor dos contratos tem que ficar acima dos vinte milhões de reais. Já as OSCIPs podem se regalar com fundos públicos em áreas tão diversas como assistência social, cultura, educação, saúde, meio ambiente e uma difusa

Ricardo Casarini



Granemann: as privatizações servem para o capital ter novos espaços para se expandir

"promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais". As fundações estatais de direito privado, se aprovadas, irão aprofundar essas for-

mas de privatização. Por isso o Movimento Unificado Contra a Privatização (MUCAP) está conclamando os lutadores sociais a impedir a aprovação do projeto na Câmara.

Leia mais

*Artigo de Sara Granemann sobre a fundação estatal de direito privado - <http://www.fasubra.org.br/siteAsp/download/CED-0005.pdf>

*Fundação estatal de direito privado - <http://www.camara.gov.br/sileg/integras/483713.pdf>

Assessoria Jurídica do Sindicato atua para garantir aposentadoria especial

A Assessoria Jurídica do SINTRAJUSC protocolou na quinta-feira, 21, no Supremo Tribunal Federal, os dois primeiros Mandados de Injunção do Sindicato, visando garantir a aposentadoria especial dos servidores. O primeiro é um mandado GERAL, abordando as atividades prejudiciais à saúde e integridade física (insalubridade e periculosidade). Estas já são objeto de regulamentação na Previdência Social e por isso tem sua situação claramente definida na jurisprudência do STF. É a hipótese do inciso III do par. 4º do art. 40 da CF.

O segundo é específico para os OFICIAIS DE JUSTIÇA, com base no inciso II do par. 4º do art. 40 (risco de vida). Para esta não há corresponden-

te no Regime Geral da Previdência e por isso se faz necessária discussão à parte. Os precedentes recentes sobre o caso (MI 914, Carmen Lúcia e MI 834, Lewandowski), não são claros o suficiente, tanto que suscitaram embargos de declaração. Nessa petição, buscamos solução que de modo efetivo e específico garanta a contagem do tempo para os Oficiais.

Falta ingressarmos com mais dois mandados, um para os PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS (inciso I do par. 4º do art. 40) e outro para os AGENTES DE SEGURANÇA (que exige discussão apartada, análoga à dos Oficiais de Justiça, pelo inc. II).

Aprasc luta contra arbitrariedades do comando da Polícia Militar

Após o movimento reivindicatório pela integralização da Lei 254/2003 (Plano de Carreira - que institui uma escala vertical e reajusta o salário dos servidores da segurança pública), deflagrado em dezembro de 2008, que paralisou mais da metade do efetivo da Polícia Militar de Santa Catarina, a Aprasc inicia outra luta contra as arbitrariedades e perseguições por parte do comando aos policiais e bombeiros que lutaram por dignidade e valorização do profissional de segurança pública.

Até o momento são vários Processos Administrativos Disciplinares (PAD) e Inquéritos Policiais Militares (IPM) e 22 Conselhos de Disciplina (forma sumária de expulsão da corporação).

Os policiais que estão respondendo Conselho de Disciplina têm em sua ficha o comportamento excepcional e diversos elogios pelos excelentes serviços prestados à população catarinense. Os procedimentos utilizados para punir policiais corruptos que denigrem a Polícia Militar agora está sendo utilizado para punir quem defende a instituição e a dignidade acima de tudo.

Dois policiais militares já tiveram a expulsão decretada pelo comando da polícia militar. O soldado Quint trabalhava no BOPE durante as manifestações de dezembro e se recusou a cumprir a

ordem de invadir a sede do comando e reprimir o movimento. Por este motivo respondeu um PAD que decidiu pela sua expulsão. No momento Quint trabalha no 4º Batalhão enquanto aguarda recurso desta decisão.

O comando também decidiu pela expulsão do sargento Souza do 7º Batalhão. A decisão do Conselho de Disciplina que o julgou foi unânime pela não-expulsão, devido à falta de condições de comprovar as acusações.

Mesmo assim o comandante geral da Polícia Militar, Eliésio Rodrigues, decretou a sua expulsão. "Estou indo embora e não sei o porquê. Não foi comprovado nada e na decisão do comandante geral ele disse que só tinha indícios", protestou Souza, que é casado e pai de uma filha de quatro anos. Da decisão cabe recurso e enquanto isso Souza trabalha com limitações.

Aprasc em vigília

O Conselho de Disciplina, que tem objetivo de analisar a conduta ético-disciplinar e a capacidade moral e profissional, não está levando em conta a trajetória dos policiais que sempre tiveram bom comportamento e competência funcional.

Recentemente a Assembléia Legislativa aprovou indicação de



Mulheres acorrentadas e amordaçadas em frente ao quartel do Comando Geral, simbolizando os prazas que respondem Conselho de Disciplina

revisão do ato de exclusão do sargento Souza. Segundo o deputado e presidente interino da Aprasc, Sargento Amauri Soares, o Estado Democrático de Direito está sendo afetado porque o governador e a Polícia Militar estão esquecendo o direito à ampla defesa e julgando previamente e sem provas. "A segurança vai mal em Santa Catarina porque a prioridade é perseguir policiais honestos e não trabalhar para a sociedade", denunciou. Segundo a argumentação dos deputados, o movimento reivindicatório realizado em dezembro de 2008 não se tratou de atitude contra o Estado, mas

de cobrança de justa reivindicação.

A Aprasc está em vigília permanente na Praça Trancredo Neves, em frente à Assembléia Legislativa, desde o dia 7 de janeiro, e conta com a mobilização dos policiais e bombeiros, esposas e familiares, apoio de entidades sindicais e lideranças políticas para combater as medidas repressivas de caráter político impostas pelo comando da Polícia Militar e pelo Governo do Estado contra prazas honestos que lutam pelo bem da instituição e pelo cumprimento da Lei 254/2003. *Fonte: Aprasc*

SAÚDE&SAÚDE&SAÚDE&SAÚDE

Prevenção no Saser

Os exames periódicos anuais revelam que problemas osteomusculares, cardiovasculares e psíquicos são os mais frequentes entre os servidores da Justiça do Trabalho em Santa Catarina.

As estatísticas do SASER também indicam taxas mais altas de diabetes e hipertensão arterial. Em 2008, das 343 pessoas atendidas na Capital, 25,9% foram consideradas hipertensas.

Em função disso, diz a diretora do SASER, Cláudia Voigt Espinola, o diagnóstico, o monitoramento e a prevenção do diabetes e da hipertensão arterial são prioridades em 2009.



Miriam Santini de Abreu

Sindicato e Tribunal na rua

O SINTRAJUSC participou da programação do Dia Internacional do Trabalhador, realizada no dia 30 de abril, em Florianópolis. O Sindicato, com o apoio do TRT, prestou esclarecimentos sobre direitos trabalhistas e as competências da Justiça do Trabalho.

CULTURA

Evento celebra 50 anos da revolução cubana

De 10 a 13 de junho, será realizada em Florianópolis a "XVII Convenção Nacional de Solidariedade a Cuba - 50 anos da revolução cubana", no Auditório da Assembléia Legislativa. Os temas abordados serão: Bloqueio Econômico; Luta pela Liberação dos Cinco Heróis; e Cooperação Brasil - Cuba. Informações: (48) 3025.2991/99419446 ou ainda pelo endereço eletrônico xviiconvencaocuba@gmail.com. Programação completa: <http://cubaviva.com.br/v1/?p=68>

DIREITO

SC ignora Defensoria Pública

Movimentos populares e sindicais em todo o estado estão recolhendo assinaturas para apresentar projeto de lei de iniciativa popular que garanta criação da estrutura, que deve atender quem não pode pagar advogado

O SINTRAJUSC integra o Movimento pela criação da Defensoria Pública em Santa Catarina e no dia 19 de maio participou de uma Audiência Pública sobre o assunto na Assembléia Legislativa. Uma das iniciativas do Movimento é recolher 40 mil assinaturas para apresentar um projeto de iniciativa popular que crie essa estrutura no Estado, o único que ainda não tem a Defensoria.

A criação da Defensoria é prevista na Constituição Federal, que prevê assistência jurídica integral e gratuita a quem comprovar falta de recursos. Em Santa Catarina, a Constituição Estadual também menciona a Defensoria, cuja forma de atuação é prevista na Lei Complementar 155, de 15 de abril de 1997. O modelo adotado no estado, porém, é considerado inconstitucional.

Ao contrário do que determina a Lei Federal, Santa Catarina não criou estrutura própria, com cargos preenchidos mediante concurso público. Em vez disso, é a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) que, por meio de convênio, presta assistência jurídica a quem não pode pagar, a chamada defensoria dativa.

21 anos descumprindo a Constituição

Na Audiência Pública, o Diretor Presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos (Anadep), André Luis Machado de Castro, lamentou que o governo de Santa Catarina complete 21 anos de descumprimento da Constituição Federal, que está chegando à maioria. Ele enfatizou que o papel da Defensoria é mais amplo do que apenas a assis-



Cássio Turra

Volnei e Caovilla: o que falta ao governo do estado é vontade política

tência jurídica prevista na Constituição do Estado. É uma estrutura pública que inclui atuação extra-judicial, preventiva, conciliatória e de aconselhamento, portanto muito mais ampla que a defensoria dativa.

A professora da UnoChapécó Maria Aparecida Caovilla, que faz parte do Movimento, disse que a OAB presta um serviço importante, mas que não é integral como prevê a CF: "Queremos mais, o que nos é de direito, porque em nossa sociedade há muitas pessoas que precisam do acesso à justiça para resgatar sua dignidade". Para Caovilla, as condições para criação da Defensoria estão dadas, o que falta é vontade política.

O diretor de estudos sócio-econômicos e formação sindical do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina (Sinjusc), Volnei Rosalen, enfatizou que a discussão é de natureza política e ideológica. "Esse debate surge da visão que se disseminou, de que o pobre não tem direitos e não é cidadão. Aos pobres, o máximo que se dá são favores, e se diz a eles que são direitos". Para ampliar a luta junto à população, o Movimento está distribuindo uma cartilha que explica o que é a Defensoria.

O SINTRAJUSC irá disponibilizar o Abaixo-Assinado aos servidores a partir desta semana.

Sindicato em outras lutas

 O Sindicato estará representado no "5º Encontro Nacional de Comunicação da Fena-jufe: Construindo a 1ª Conferência Nacional de Comunicação", no dia 4 de junho. A expectativa é que a I Confecom defina novos marcos regulatórios em uma legislação que hoje já não atende as necessidades da população, por favorecer o monopólio de mídia e dificultar o controle social do conteúdo divulgado nos meios de comunicação.

 Nos dias 6, 7 e 8 de maio, o Coordenador do Sindicato e Agente de Segurança Luiz Roberto Silveira, servidor na Justiça Federal, participou da I Conferência Municipal de Segurança Pública, em Florianópolis.

Mais de 6 milhões de atendimentos em 2005

O II Diagnóstico da Defensoria Pública no Brasil, publicado pelo Ministério da Justiça em 2006, revela o seguinte:

- O Brasil conta com 1,48 defensor público para cada 100.000 habitantes, enquanto dispõe de 7,7 juizes para cada grupo de 100.000 habitantes, e 4,22 membros do Ministério Público para o mesmo grupo de habitantes.

- Os Estados gastam, em média, R\$ 85,80 por habitante com 3 instituições do Sistema de Justiça: 71,3% são destinados ao Poder Judiciário, 25,4% ao Ministério Público e 3,3% do total é gasto com a Defensoria

Pública, valor claramente insuficiente diante da amplitude de seu público-alvo, que corresponde a 70,86% da população total do país;

- Em 2005, foram prestados 6.565.616 atendimentos pela Defensoria Pública do Brasil, o que representa um aumento de 19% em relação a 2003. Aproximadamente 80% dos atendimentos são prestados na área cível. Este incremento no número de atendimentos é proporcionalmente superior ao aumento do quadro nacional de defensores públicos (11,5%), sendo um indicio de aumento da produtividade média, em termos quantitativos.